

CADERNO DE DEBATE

AGENDA 21

E SUSTENTABILIDADE

UMA NOVA AGENDA PARA A AMAZÔNIA

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Políticas para
o Desenvolvimento Sustentável

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente do Brasil

José Alencar Gomes da Silva - Vice-Presidente do Brasil

Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente

Cláudio Langone - Secretário Executivo

Gilney Amorim Viana - Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Roberto Vizentin - Diretor de Programa

Pedro Ivo de Souza Batista - Coordenador da Agenda 21

Equipe Agenda 21

Antonio Carlo Brandão

Ary da Silva Martini

Karla Matos

Kelly Anne Campos Aranha

Leonardo Cabral

Luciana Chueke Pureza

Luis Dario Gutierrez

Márcia Facchina

Michelle da Silva Milhomem

Patrícia Kranz

Pedro Ivo de Souza Batista

Raquel Monti Henkin

Valéria Viana

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Coordenação da Agenda 21

Esplanada dos Ministérios - Bloco B

Sala 830 - 8º andar

70068-900 - Brasília DF

Tel.: 55 61 3171142

Fax: 55 61 2267047

e-mail: agenda21@mma.gov.br

APRESENTAÇÃO

O preâmbulo da Carta da Terra - *Terra, nosso lar* - indica um compromisso de integração do homem com a natureza, nas suas mais variadas formas:

'Terra, nosso lar: A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva, com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável, com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.'

A Terra é um organismo vivo, morada de todos os seres vivos, ciclo contínuo de vida e morte; é o nosso território comum e dele não podemos nos apartar. Somos sustentados pela Terra e com ela assumimos compromissos de bem viver, de trabalhar, de cuidar e de gostar.

Partindo dessa visão, a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Coordenação da Agenda 21, apresenta o terceiro Caderno de Debates da série Agenda 21 e Sustentabilidade com o tema "Uma Nova Agenda para a Amazônia", contribuição do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA. A Amazônia é o foco, razão pela qual a associamos com as importantes palavras de *Terra, nosso lar*.

Sem dúvida, em diversas localidades na Amazônia a relação homem-natureza ainda acontece de forma integrada e respeitosa. De um modo geral, a relação das comunidades indígenas, extrativistas, de pescadores, de artesãos e dos povos ribeirinhos com a região amazônica dialoga com os princípios da sustentabilidade. Essa relação secular tem ocorrido lado a lado com um processo dito de desenvolvimento que, nas últimas décadas, trouxe sérios problemas como a concentração fundiária; a aceleração do desmatamento; o desequilíbrio ecológico e a desorganização do espaço social e cultural das comunidades locais.

Nossa proposta neste caderno é contribuir para o debate entre diferentes grupos com o objetivo maior de chegarmos a soluções sustentáveis para a totalidade da região. Nesse sentido, o contexto atual permite sonhar com a utopia possível: a reversão dos processos perversos de produção e consumo onde a participação popular pode induzir a políticas públicas que apontem para a sustentabilidade local; que mecanismos técnicos e científicos, casados com os saberes

populares, sejam instrumentos de transformação, não apenas social, mas também de internalização de todas as formas de conhecimento.

Em relação à Amazônia, este governo tem operado no sentido de implementar políticas que revertam à tendência da exploração predatória dos recursos naturais e da descaracterização dos povos e culturas da região. Exemplos disso são o Plano Amazônia Sustentável - PAS e o Grupo de Trabalho BR-163 Sustentável.

O Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, tem participado ativamente desses projetos. Suas secretarias trabalham em conjunto, no sentido de propor ações de desenvolvimento sustentável na região amazônica, que otimizem os recursos envolvidos e, conseqüentemente, aumentem a probabilidade de obtenção de resultados concretos.

Ao mesmo tempo, nosso trabalho tem tornado a cada dia mais importante o envolvimento dos diferentes grupos sociais na busca de alternativas para a Amazônia, que, acreditamos, devem ser construídas com base em um verdadeiro processo participativo.

Sem dúvida, este é um contexto propício para a Agenda 21 atuar como um importante instrumento pró-ativo de construção de sociedades sustentáveis, com forte apelo democrático, participação social e justiça ambiental. Além disso, por seu caráter integrador, a Agenda 21 permite que seja realizada a inter-relação entre os diferentes povos e os diversos setores da sociedade amazônica e as diferentes "agendas" locais ambiental, social, econômica, cultural com o foco na preservação dos seus recursos naturais e na geração de alternativas de trabalho para a população, contribuindo, de fato, para a consolidação do caminho rumo à Amazônia Sustentável.

Gilney Amorim Viana

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Pedro Ivo de Souza Batista

Coordenador da Agenda 21

CADERNO DE DEBATE AGENDA 21 E SUSTENTABILIDADE

UMA NOVA AGENDA PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia Brasileira - uma das regiões com maior biodiversidade do planeta, que tem como desafio a superação da pobreza e a garantia dos direitos de cidadania - pode encontrar um novo caminho de desenvolvimento com o Plano Amazônia Sustentável e com a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais. Esse resultado somente será possível com a sinergia com e entre as experiências de desenvolvimento local justo e sustentável, em um panorama marcado pelos princípios centrais da Rio 92: as mudanças climáticas, a diversidade biológica e a própria Agenda. Os movimentos sociais e ambientais da região oferecem uma experiência importante para o panorama político dessas transformações.

As metas dos movimentos socioambientais amadureceram

Quando Chico Mendes foi assassinado, em 1988, ele já havia se transformado em ícone de uma nova proposta de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira o desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo na busca do equilíbrio entre a o crescimento econômico, a justiça social e a conservação ambiental. Ele, seringueiro, afirmava que não gostava de ser rotulado como ecologista ou qualquer outro nome. O fato é que a partir do relatório Nosso Futuro Comum, que embasou a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a idéia-força do desenvolvimento sustentável entrou para a pauta das negociações governamentais e não governamentais.

As mudanças provocadas por esse novo olhar podem ser vistas tanto em Xapuri, onde a intimidação acabou sendo substituída pelo próprio movimento social no governo, como no surgimento da categoria de áreas de uso sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - a partir da primeira reserva extrativista, que leva o nome do Chico.

Outro fruto desse momento foi o surgimento da Rede GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, inspirada na proposta de união dos povos da floresta. Atualmente com mais de 500 entidades organizadas em 17 coletivos nos nove estados amazônicos, a Rede GTA reúne pescadores, seringueiros, ribeirinhos, agricultores familiares, quebradeiras de babaçu, povos indígenas, quilombolas, castanheiros, ambientalistas, comunicadores comunitários e assessores técnicos de entidades sediadas na região. Ao lado de outras redes e fóruns, tem como missão principal o envolvimento de comunidades locais nas políticas de desenvolvimento sustentável da floresta.

Um dos principais arcabouços teóricos da Rede GTA são os princípios estabelecidos em 1992, tanto pelos movimentos socioambientais como pela própria Conferência Mundial. O primeiro deles está na Convenção das Mudanças Climáticas, quando cientistas de todo o mundo comprovaram o que todos já estavam sentindo: o clima está ficando diferente e as causas estão na mudança de volume do carbono e outros gases na atmosfera. Como isso é provocado pelos próprios seres humanos desde a revolução industrial, um acordo entre os governos deveria perseguir a redução desses gases. Além de fontes de energia "limpa", como sol, vento, biomassa ou marés, uma maneira eficiente de preservar o clima é manter florestas onde as árvores "seqüestram" carbono do ar em seu crescimento e inversamente liberam-no quando queimadas.

Outro princípio fundamental é a Convenção da Diversidade Biológica, surgida a partir da constatação de que nunca antes na história aconteceu uma taxa tão elevada de extinção de espécies animais e vegetais como nas últimas décadas. A riqueza da vida, além de ser parte de um equilíbrio planetário, também guarda segredos importantes para a produção de novos alimentos, remédios e pesquisas. Essa convenção foi importante porque consolidou o entendimento de que as práticas e os conhecimentos dos povos que vivem em áreas preservadas as comunidades tradicionais e indígenas, geralmente marginalizadas dos processos decisórios são essenciais para o futuro dessas mesmas espécies. Avançou o entendimento sobre a biopirataria, que é praticada não apenas no contrabando de espécies, mas também na apropriação de conhecimentos populares de domínio público.

Essas duas grandes chaves, do clima e da diversidade biológica-cultural, abriram o caminho para uma proposta de planejamento ou agenda para o atual século que iniciamos. Dentro da cooperação entre os diversos setores da sociedade é que surgiu primeiramente a Agenda 21 Global, contendo recomendações concretas para a substituição dos atuais padrões de desenvolvimento do mundo. Essa foi a principal fonte de inspiração para a Agenda 21 Brasileira, que durante sua fase de construção mobilizou vários segmentos da sociedade em todos os estados da federação, desencadeando um processo de planejamento participativo partindo do diagnóstico das regiões, estados e municípios que possam orientar o futuro de forma sustentável e de acordo com as potencialidades, vocações e vulnerabilidades de seus recursos ambientais, econômicos e sociais.

Um aspecto importante do debate da Agenda 21 Brasileira nos estados foi o incentivo ao desenvolvimento de muitas experiências de agendas locais. A Agenda 21 Local é um processo participativo para construir e implementar políticas públicas locais por meio de uma metodologia descentralizada, envolvendo todos os setores de uma comunidade na construção de um programa de ação que contemple as questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável, considerando de forma sistêmica as dimensões econômica, social, cultural, ética e ambiental.

Projetos experimentais abriram novas oportunidades

Em sua posição como o maior ecossistema do mundo, a Amazônia atraiu muitos investimentos de agências governamentais e organizações internacionais. O governo brasileiro catalisou uma parte desse processo com a liderança do Ministério do Meio Ambiente à frente de doações dos países desenvolvidos ao Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, aproveitando a articulação social da Rede GTA para buscar a descentralização de seus projetos. Um dos principais, o Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA), apoiou cerca de duzentas iniciativas no país a maioria delas na região amazônica e em alguns casos colaborou com resultados como cooperativas participativas voltadas para os sistemas agroflorestais que atingiram capacidade de exportação. Produzir sem destruição da floresta e gerando qualidade de vida mostrou-se uma alternativa viável, mas que esbarra em investimentos públicos e privados no sentido oposto.

Em outra frente desses projetos, o Subprograma de Produção nas Várzeas (ProVárzea) encontrou uma realidade surpreendente com a "descoberta" dos esforços existentes no interior da Amazônia, realizados por comunidades de ribeirinhos ou de pescadores artesanais. O manejo de lagos que reserva alguns para a reprodução dos peixes e outros para a pesca comunitária - foi uma tecnologia desenvolvida por lideranças que escrevem pouco e observam muito. Com o crescimento do movimento social e de programas de apoio a técnica pôde ser disseminada e organizada como prática cada vez mais ampla. Da mesma maneira, os pescadores artesanais passaram a detalhar cada vez mais o tamanho de suas malhas de rede para preservarem os filhotes, enquanto o apoio e programas públicos e entidades ambientalistas levou o debate para acordos municipais sobre os critérios de pesca e até mesmo um seguro-desemprego para garantir o período de desova e reprodução das espécies de peixes.

Encontramos, também, intensa participação dos movimentos socioambientais no Subprograma de Manejo Florestal (ProManejo), que promoveu encontros inéditos de debate entre lideranças comunitárias, pesquisadores e empresas madeireiras ou compradoras de madeira para encontrar critérios nessa atividade muito envolvida com a devastação da floresta amazônica. Desses encontros originou-se o processo que gerou o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC) e a atual proposta Programa Nacional de Florestas.

Muitos outros projetos desenvolvidos na busca de alternativas concretas de sustentabilidade para a Amazônia Brasileira surgiram tanto no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas como em iniciativas estaduais, municipais ou de entidades da sociedade civil, a exemplo das centenas de agentes ambientais ou agroflorestais voluntários espalhados pela região. A constatação feita em todas as análises de políticas públicas, entretanto, aponta uma linha comum

para todas as experiências bem sucedidas para a sustentabilidade na Amazônia: a participação e o controle social.

Essa tarefa não é simples, porque envolve uma mudança cultural e política bastante intensa. Em grande parte dos municípios amazônicos, os cidadãos ainda não têm acesso aos meios de informação e desconhecem os direitos básicos que permitem o exercício de uma cidadania ativa, essencial para o processo de construção da sustentabilidade. Em muitos casos, as tentativas de mudança são bloqueadas por meios intimidatórios que colocam alguns estados amazônicos no mapa da violência.

Construindo o desenvolvimento local justo e sustentável

No sentido apontado neste ensaio, a construção do desenvolvimento local justo e sustentável apresenta enormes variações de contexto. A Amazônia Brasileira apresenta diversas concentrações de boas experiências sociais e ambientais em áreas com forte organização social, enquanto lacunas podem ser vistas naquelas áreas com baixos níveis de mobilização comunitária e predomínio do discurso de desenvolvimento predatório. Este tipo de desenvolvimento segue uma linha de "boom" para a renda e empregos que é seguido pelo esgotamento gradativo de recursos, passando ao longo dos anos para uma herança de miséria e devastação, ou "colapso".

Diversos locais, entretanto, começam a demonstrar concretamente que esse ciclo não precisa ser obrigatório. Algumas comunidades mostraram resultados no Encontro Nacional das Agendas 21 Locais, promovido pelo Programa Agenda 21 - SDS/MMA em parceria com a Expo Brasil 2003 em Belo Horizonte. Um dos casos, por exemplo, é o trabalho com óleos aromáticos em Silves (AM), onde a variedade de aromas da floresta vem sendo pesquisada e apropriada por moradores desde que a simples extração do pau-rosa espécie dizimada para a produção de famoso perfume internacional mostrou que a sustentabilidade social também deveria caminhar junto com a proteção ambiental. Iniciativas de busca de novos caminhos podem igualmente ser encontradas em todos os estados amazônicos, em centenas de projetos, com resultados variados diante das condições locais e do nível de apoio político em cada região da Amazônia.

Esses princípios também integram os novos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), propostos pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Formados pelos municípios de uma mesma área, precisam contar com instâncias de participação popular para serem construídos e possuem aspectos como inclusão digital entre seus componentes. Mas o pano de fundo é mais amplo, retomando a noção do desenvolvimento como um processo integrado, fato também presente nos projetos de desenvolvimento regional do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), ligado à Secretaria de

Desenvolvimento Sustentável do Ministério de Meio Ambiente e à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Surgido a partir dos debates dos movimentos sociais e entidades ambientalistas em 2000, tornou-se uma política pública a partir deste ano com o objetivo de oferecer uma nova abordagem rural para a Amazônia e depois para o Brasil.

A questão local envolve aspectos ambientais - rios, florestas, unidades de conservação - econômicos - cadeias produtivas e sociais - sistemas de educação ou saúde - pedindo ações conjuntas no aspecto político.

Essa abordagem vem sendo promovida por diversas frentes. Em 2003, além da participação em programas ambientais e sociais, a Rede GTA assumiu o gerenciamento de uma parcela do Programa de Apoio ao Agroextrativismo. São 170 pequenos projetos de três mil reais cada, direcionados para as entidades mais frágeis da rede com um alcance médio de R\$ 30/pessoa. Sem recursos adicionais para monitoramento, as entidades mais organizadas da rede formaram comitês regionais de seleção e avaliação, com um trabalho técnico voluntário. As novas regras de inclusão social dos bancos federais permitiram o acesso das pequenas comunidades aos recursos, que em muitos casos possibilitaram mudanças como um motor para a venda diretamente na cidade ou um sistema agroflorestal em torno de um lago de piscicultura.

A avaliação desses projetos será feita a partir da lógica do debate do desenvolvimento local justo e sustentável existente na região onde estão ocorrendo.

A proposta de desenvolvimento justo e sustentável inspirado nos princípios da Agenda 21 vem sendo desenvolvida em múltiplos locais - e com nomes bastante variados. Existem muitos municípios onde esse processo aconteceu com a criação de fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), especialmente na Amazônia Oriental.

No final de 2003, o Subprograma de Proteção de Recursos Naturais (SPRN) participou em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente do edital (2/2003) para a construção de Agendas 21 Locais por prefeituras, complementadas por planos municipais de intervenção em áreas alteradas. A prioridade ficou para municípios com maiores taxas de desmatamento e menores taxas de desenvolvimento humano e foram contemplados 33 municípios do chamado "arco do desmatamento".

As entidades e parceiros da Rede GTA atuam, como também a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do MMA, nas discussões específicas do Grupo Interministerial Permanente Contra o Desmatamento da Amazônia sobre o caso da pavimentação da BR 163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e prevista como o primeiro caso de parceria público-privada na Amazônia.

Para evitar o processo historicamente conhecido de grilagem de terras, expulsão de moradores locais e desmatamento em ampla escala, os movimentos sociais e ambientais têm promovido encontros para recomendar ações governamentais voltadas para o desenvolvimento justo e sustentável da área que contempla o norte do Mato Grosso, a região da rodovia Transamazônica e do rio Xingu e os municípios do baixo Amazonas. É um típico exemplo de busca de equilíbrio entre pressões econômicas predatórias (madeira, soja, pecuária, terra), a proteção ambiental e a justiça social.

Nesse sentido, a construção de Agendas 21 Locais nessas regiões podem vir a consolidar os processos de desenvolvimento sustentável, bem como fortalecer os Fóruns deliberativos, institucionalizados, que sirvam como um instrumento de caráter atemporal e suprapartidário de controle social das comunidades locais. Desta forma está-se pactuando junto à sociedade a construção de cenários consensuados, em regime de co-responsabilidade, que devem servir de subsídio à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar o desenvolvimento econômico, a justiça social e o equilíbrio ambiental, sobre uma mesma base ética.

A soma dos caminhos forma uma outra nação

O desenvolvimento local justo e sustentável oferece meios para que os integrantes de uma comunidade, de um município ou de uma região aproveitem os movimentos existentes nos níveis nacional e internacional na direção da sustentabilidade. Mas existem também muitos fatores que podem anular ou limitar em grande parte essas iniciativas. Um dos principais movimentos que podem estimulá-las para um novo patamar atualmente é o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que atrai novamente a expectativa internacional sobre o Brasil.

Criado como uma estratégia de governo para toda a região, o PAS enfrenta o desafio das concepções ainda variadas sobre o desenvolvimento da maior parte do território brasileiro lembrando que a Amazônia Legal, que inclui os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, abrange 60% da dimensão continental do país. Seu principal avanço será a implantação do Estado Nacional em regiões ainda isoladas, seja com os instrumentos do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) ou com o estabelecimento de ações coordenadas de controle ambiental, tributário, trabalhista e fundiário. Diante de questões como a grilagem de terras públicas ou as atividades econômicas irregulares esses avanços podem ser fundamentais.

Sua eficácia, entretanto, está relacionada com a multiplicação de experiências bem sucedidas de desenvolvimento local justo e sustentável e de agentes capazes de atuar decisivamente nesse processo. Diversos programas governamentais e civis como o Proteger, da Rede GTA constataram

que um dos processos mais velozes de transformação social acontece quando representantes dos diversos tipos de comunidades visitam projetos desenvolvidos por moradores iguais a eles, que falam a mesma linguagem. O chamado intercâmbio de experiências, ou visitas de campo, tem sido ao longo dos últimos anos um dos mais exitosos mecanismos de disseminação de práticas sustentáveis na região não apenas de produção sustentável, mas complementos como de educação familiar, medicina tradicional, gestão ambiental participativa e orçamento público. Outro ponto fundamental é a circulação de informações por meios comunitários e o foco de valorização de mulheres e jovens no processo e nas entidades.

O processo deve envolver um esforço adicional para o convencimento e a formação de governos municipais e estaduais sobre as vantagens sociais e econômicas das alternativas de desenvolvimento com base na sustentabilidade, tanto no sentido imediato como de longo prazo. O horizonte de um mandato eleitoral, geralmente de quatro anos, pressiona historicamente por um planejamento de curto prazo com danos sociais e ambientais no futuro. Como a base da sustentabilidade está apoiada também nos direitos das futuras gerações, um novo equilíbrio é necessário nas decisões políticas dos eleitores.

A defesa de eixos comuns para o desenvolvimento da Amazônia é um ponto de aproximação entre os diversos atores. Em 2003, a Rede GTA trabalhou em campanha com a Amazonlink e muitos outros parceiros civis e governamentais pela anulação do registro do nome da fruta cupuaçu, que estava sendo apropriada como marca exclusiva por uma multinacional no Japão. Essa primeira vitória contra a biopirataria aumentou a auto-estima de produtores, ambientalistas, entidades populares, pesquisadores e outros setores sociais e colocou a biopirataria tanto na agenda política como nas conversas populares. Outro foco de ação está na defesa do desmatamento evitado em florestas nativas como mecanismo válido para pagamento nas compensações climáticas de carbono. Um dos bons resultados dessas iniciativas vem sendo o aumento do diálogo ético entre pesquisadores científicos e lideranças comunitárias (também chamadas etnocientíficas) valorizando as contribuições da Amazônia para o país.

O diálogo com as experiências locais de desenvolvimento justo e sustentável também é fundamental para que o PAS possa atingir seus objetivos e, no espírito dos compromissos assumidos pelo Brasil em 1992, formando um verdadeiro processo de Agenda 21 da Amazônia não apenas na proteção ambiental, mas como uma nova agenda efetiva para o desenvolvimento da região. Por esse motivo o Ministério do Meio Ambiente tem como foco consolidar e fortalecer os processos de Agenda 21 Local investindo na formação técnica dos atores dos fóruns locais.

Além disso, estão sendo desenvolvidos indicadores de sustentabilidade para monitoramento e avaliação dos diferentes estágios dos processos locais, visando definir critérios para sua

certificação. A criação do Certificado de Sustentabilidade, que será emitido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira - CPDS, deve representar para instituições governamentais e seus parceiros não-governamentais que compõem os fóruns locais um instrumento real e de suporte técnico-financeiro para a consolidação do processo das Agendas Locais. Essa certificação deverá avaliar as propostas e processos em andamento, conforme pressupostos metodológicos e conceituais já instituídos pela Agenda 21 Brasileira.

Assim, tanto a Rede GTA como a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável/MMA concordam que a consolidação do PAS depende basicamente do fortalecimento dos debates e iniciativas de desenvolvimento local justo e sustentável e sua interação com os grandes temas econômicos, ambientais, culturais e sociais.

REDE GTA Grupo de Trabalho Amazônico www.gta.org.br

Organização de texto:

José Adilson Vieira, filósofo, Secretário Geral do Grupo de trabalho Amazônico GTA.

José Arnaldo de Oliveira, cientista social, Coordenador de Comunicação e Campanhas do Grupo de Trabalho Amazônico GTA.